

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Padrinho forte

A avaliação é de que a escolha de Antônio Carlos Rodrigues como relator do projeto do devedor contumaz contou com a aprovação do presidente do PP, Ciro Nogueira (PI). Quando foi quase expulso do PL por criticar as sanções contra o ministro Alexandre de Moraes, Rodrigues chegou a cogitar uma mudança para o PP. Não se confirmou, porque Valdemar voltou atrás na expulsão.

Se quiser emenda, vote

É nessa toada que o governo apostará, na semana que vem, para levar os congressistas a aprovarem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, nesta terça-feira, na Comissão Mista de Orçamento.

A novidade de Davi

Se havia alguma intenção do governo de segurar o envio dos documentos do ministro Jorge Messias ao Senado, a fim de adiar a sabatina do indicado para ministro do Supremo Tribunal (STF), a estratégia caiu por terra. É que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, baseou-se na mensagem 1714, de 20 de novembro, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, para fixar 10 de dezembro como data para ouvir Messias na Comissão de Constituição e Justiça.

Façam suas apostas

A escolha do deputado Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP) como relator do projeto que pune devedor contumaz e cria o código de defesa dos contribuintes pegou todo mundo de surpresa. Os nomes que estavam na linha de frente para a relatoria eram Domingos Sávio (PL-MG) e Danilo Forte (União Brasil-CE). A avaliação nos partidos é de que o deputado paulista vem sob encomenda para que o texto seja modificado. A ordem é ganhar tempo para uma nova rodada de votação no Senado e ajustar as datas para que a lei só seja aprovada no ano que vem. O texto chegou à Câmara em setembro, e só agora saiu o nome do relator. A escolha de Rodrigues vem no rastro da Operação Poço de Lobato, que pegou o grupo Refit, antiga refinaria de Manguinhos, acusado de sonegação de impostos. Resta saber se Rodrigues seguirá o script de deixar a matéria para votação a perder de vista.



Questão de prerrogativa

Regimentalmente, não há empecilho para marcar a sabatina sem os documentos. Mas será a primeira vez que um presidente do Senado convoca uma sessão desse tipo sem receber um ofício e todos os documentos do indicado.

CURTIDAS

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



É por aí/ Com o parecer da Procuradoria-Geral da República favorável à prisão domiciliar do general Augusto Heleno, aumentará a pressão para que o ex-presidente Jair Bolsonaro (**foto**) tenha o mesmo direito. A ideia é reforçar, dia e noite, que, desde a facada, a saúde de Bolsonaro se deteriorou muito.

Agro em debate/ Depois dos fóruns Brasil-Itália e Brasil-França, o Lide retoma os fóruns nacionais para encerrar o ano na capital da República, com o Brasília Summit, uma parceria com o Correio Braziliense. Nesta quarta-feira, a partir das 8h30, no Hotel Brasília Palace, autoridades e empresários têm encontro marcado para tratar da segurança jurídica no agronegócio brasileiro.

Não à violência/ A fim de proteger suas colaboradoras, a Vale criou o canal de apoio à vítima de violência doméstica. A companhia escolheu a semana do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher, 25 de novembro. A iniciativa faz parte do Programa Bem-Estar da empresa.

Anota aí/ Nesta terça-feira, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) vai lançar um estudo em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV) que mostrará o tamanho da riqueza que as empresas brasileiras geraram para sociedade. A solenidade será na Casa Parlamento, do think-tank Esfera.

PODER

A tribulação de Messias

Sabatina do AGU vira uma queda de braço entre Planalto e Senado. Indicado à vaga no Supremo segue na luta para vencer resistências

» ALÍCIA BERNARDES

A sabatina do advogado-geral da União, Jorge Messias, no Senado, prevista para 10 de dezembro, pode não ocorrer na data marcada. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Otto Alencar (PSD-BR), afirmou ao **Correio** que o cronograma está condicionado ao envio da mensagem oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Casa. Sem o documento formalizando a indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF), o colegiado não tem condições de confirmar a data, conforme o parlamentar. “Só pode marcar quando mandar a mensagem. Não chegou ainda”, explicou.

Alencar relatou que a expectativa inicial era de que o Planalto enviasse o texto logo após a definição do nome, o que levou à escolha provisória do dia 10. Como o documento não foi formalizado, todos os trâmites acabaram sendo suspensos.

A demora no envio do documento seria uma estratégia do Planalto para dar tempo a Messias de trabalhar no convencimento dos



Marcamos (a sabatina) achando que a mensagem viria. Como não veio, suspendeu tudo. Só pode marcar quando (o Planalto) mandar a mensagem”

Otto Alencar (PSD-BR), presidente da CCJ do Senado

senadores, já que o nome dele sofre forte resistência.

“Marcamos achando que a mensagem viria. Como não veio, suspendeu tudo”, frisou Alencar, reforçando que a responsabilidade é exclusiva do Executivo.

Apesar das declarações do presidente da CCJ, cogita-se a possibilidade de o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), manter a data de 10 de dezembro, com

base na edição de 20 de novembro do Diário Oficial da União, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou a indicação de Messias.

A escolha do AGU criou um mal-estar entre governo e Alcolumbre. O parlamentar defendia o nome do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para a vaga no Supremo e não foi consultado pelo Planalto antes do anúncio de Messias. A escolha ampliou a tensão dentro da Casa, especialmente entre integrantes da CCJ.

Em meio ao impasse administrativo, Messias segue diariamente no Senado para conversar com os parlamentares e tentar consolidar apoio à sua indicação. Segundo ele, o atraso não o preocupa: trata-se de “assunto do Planalto”. O indicado tem mantido uma intensa agenda de encontros, mas ainda não foi recebido por Alcolumbre.

A possível mudança de data já é comentada no Senado. Alencar, no entanto, nega qualquer interferência de Messias nesse sentido. “Quem manda mensagem é o presidente. Só depois disso se marca a data”, reiterou.

Andressa Anholetre/Agência Senado



Messias disse não se preocupar com o atraso no envio da mensagem, porque trata-se de “assunto do Planalto”

PF investiga desvios em contratos financiados com emendas

A Polícia Federal fez buscas, ontem, para aprofundar uma investigação sobre irregularidades em contratos de pavimentação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) financiados com emendas parlamentares. O prejuízo é estimado em mais de R\$ 22 milhões.

Até o momento não há mandados contra deputados ou senadores. Os alvos são empresas e pessoas com poder de gestão nos contratos. A Operação Fake Road foi

autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Fortaleza e Natal.

As investigações tiveram início a partir de auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU), que identificaram indícios de superfaturamento, execução parcial ou inexistente dos serviços, medições fraudulentas e favorecimento indevido de empresas contratadas.

A Polícia Federal encontrou indícios de que servidores públicos

e empresários se uniram “em possível organização criminosa voltada ao desvio de recursos públicos”.

O STF também determinou o bloqueio judicial de bens e dinheiro, indisponibilidade de imóveis e veículos e a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático dos investigados.

“A operação conta com a participação de aproximadamente 50 policiais federais e tem por finalidade coletar novas provas, assegurar a interrupção de eventuais práticas

ilícitas e reforçar o compromisso da Polícia Federal no combate ao desvio de recursos públicos e à corrupção”, informou a PF.

Julgamento

Em outra frente, os deputados federais Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e o suplente Bosco Costa (PL-SE), réus por suspeita de envolvimento em um esquema de desvio de emendas parlamentares, serão julgados

em breve pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Na quinta-feira, o ministro Cristiano Zanin pediu ao também ministro Flávio Dino que marque o julgamento dos réus. Será o primeiro caso de desvio envolvendo congressistas no chamado orçamento secreto.

Segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), os parlamentares integravam uma organização criminosa e teriam cometido corrupção passiva ao

solicitar R\$ 1,67 milhão em propina ao então prefeito de São José do Ribamar (MA), Eudes Sampaio, entre janeiro e agosto de 2020.

Em novembro, a PGR pediu a condenação dos réus e a perda dos mandatos dos envolvidos. Na quarta-feira, Josimar e Bosco Costa negaram novamente, ao STF, a prática de desvios. Os advogados de Bosco Costa também solicitaram que as provas obtidas pela operação da PF sejam desconsideradas, alegando ilegalidade.